

Corte no Orçamento chega a 7 bilhões e atinge Previdência

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso anuncia hoje cortes de R\$ 7 bilhões no Orçamento de 1995. Serão retirados R\$ 3,6 bilhões nas contas dos ministérios e da Previdência Social e outros R\$ 3,4 bilhões nos investimentos das empresas estatais. Esses cortes não serão suficientes para equilibrar o Orçamento que, de acordo com estimativas do Ministério da Fazenda, tem um déficit de R\$ 12 bilhões. Não será, no entanto, adotado o contingenciamento dos gastos. O governo pretende adotar um novo instrumento para controlar as despesas: a programação de gastos ou programação orçamentária, que estabelecerá limites periódicos, talvez trimestrais, para que os ministros assumam compromissos de despesas.

A idéia é enviar ao Congresso, ao longo do ano, alguns projetos reprogramando os gastos do governo. Também haverá um esforço adicional para eliminar despesas superfluas, que os técnicos estão chamando de "esforço de

contenção de custos". Mesmo assim, não está eliminado o controle na boca do caixa. "Ele sempre existiu e continuará existindo", disse o secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal.

Os cortes no orçamento dos ministérios atingirão tanto as emendas dos parlamentares quanto gastos propostos pelo próprio Poder Executivo. Mapeando o Orçamento, o ministro José Serra descobriu emendas estapafúrdias. Uma delas permitiria a construção de um centímetro do metrô do Rio de Janeiro. Outra garantiria 36 centímetros para o metrô de Brasília. O destino de ambas é a tesoura.

Os cortes — Boa parte das emendas dos parlamentares, destinando verbas dos ministérios do Bem-Estar Social e da Integração Regional para construção de abatedouros municipais, pontes sobre córregos, reformas em prédios públicos também foi cortada, por estar em desacordo com as metas

do governo. Em compensação, houve preocupação em preservar os projetos de irrigação. Estão garantidas as contrapartidas a empréstimos do Banco Mundial (Bird) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A conta de pessoal sofreu um aumento, para comportar o reajuste do funcionalismo federal. Os gastos com dívida interna e externa continuaram do mesmo tamanho, segundo informou um técnico da Secretaria de Orçamento Federal (SOF).

As receitas serão reestimadas para cima, segundo informou ontem o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, André Calabi. Os cortes mais pesados ocorrerão nas despesas de custeio da máquina (papel, café, pequenas reformas) e investimento.

O objetivo do governo é economizar a quantia exata que gastará com juros das dívidas interna e externa. Só dessa maneira atingirá equilíbrio operacional.